



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO N. 137/2026-PGM

1Doc – Proc. Administrativo n. 493/2026

Assunto: Termo de dispensa de licitação – Rito eletrônico

Objeto: Aquisição de 01 (um) analisador hematológico automatizado destinado ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas da Secretaria Municipal de Saúde de Comodoro/MT

Fundamento legal: Art. 75, II, da lei n. 14.133/2021; art. 1º, § 2º, II, do Decreto Municipal n. 8/2023

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de análise jurídica de procedimento administrativo que visa à contratação direta, por dispensa de licitação, para aquisição de analisador hematológico automatizado.

O *Documento de Oficialização da Demanda* (DOD) indica que o Laboratório Municipal dispõe de equipamento antigo, com capacidade limitada, exigindo complementação manual dos exames e manutenção recorrente. Isso compromete a celeridade e a confiabilidade dos resultados, gerando retrabalho e, em situações de falha, a necessidade de encaminhar exames para laboratórios terceirizados. A aquisição de aparelho moderno permitiria ampliar os parâmetros analisados, reduzir falhas operacionais e aumentar a confiabilidade dos diagnósticos.

O valor estimado da contratação é de R\$ 62.025,33, apurado pela média simples de preços coletados junto a fontes públicas (Banco de Preços e Radar de Controle Público do TCE-MT). No Banco de Preços, os valores unitários obtidos foram R\$ 49.900,00; R\$ 54.000,00 e R\$ 50.533,00, com média de R\$ 51.477,67. No Radar TCE-MT, os valores foram R\$ 79.899,00; R\$ 81.820,00 e R\$ 56.000,00, com média de R\$ 72.573,00. A média consolidada das duas fontes resultou no valor de R\$ 62.025,33. Esse valor encontra-se dentro do limite legal de dispensa, consoante o art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, conforme atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025.

Foram acostados ao processo os seguintes documentos:

- i) Documento de Oficialização da Demanda (DOD), com justificativa da necessidade, fls. 1-3;
- ii) Mapa de Riscos, fls. 4-7;
- iii) Estudo Técnico Preliminar (ETP), fls. 8-30;
- iv) Justificativa, fls. 35-37;



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

- v) Justificativa de preços, Declaração de responsabilidade pelo balizamento e pesquisas de preços, fls. 38-51;
- vi) Termo de Referência, fls. 52-60;
- vi) Autorização e Dotação orçamentária, fls. 61-64;
- vii) Minuta do Edital, fls. 65-81;
- viii) Anexos, fls. 82-87;
- ix) Minuta do contrato, fls. 88-93;
- x) Portarias, fls. 94-99.

É o relato do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O parecer jurídico tem por finalidade assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, segundo preconiza o art. 53, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

O controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Nesse sentido, cito por analogia o Enunciado BPC n. 7, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Nessa esteira, presume-se que as especificações técnicas do objeto, de acordo com a sua natureza e complexidade técnica, inclusive quanto ao seu detalhamento, características, requisitos e avaliação do preço estimado, além do encarte dos projetos de engenharia necessários ao planejamento e execução da obra em contratação, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

A propósito, essa é a diretriz disposta no parágrafo único do art. 3º, da Resolução Normativa n. 39/2016, do TCE/MT, que *estabelece parâmetros técnicos mínimos para projetos básicos de obras públicas, à luz da Lei Federal nº 8.666/1993, e dá outras providências*, a qual cito por analogia:

[...] Parágrafo único. **O projeto básico deve conter o conjunto de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma, orçamento (planilha de custos e serviços; composição de custo unitário de serviço), cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra a ser executada.**

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas com foco na segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Assim, as questões relacionadas estritamente à legalidade serão apontadas para fins de correção e aprimoramento da instrução processual.

2.1. Planejamento da contratação. Estudo Técnico Preliminar

A Lei n. 14.133/2021 estabelece que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação (artigo 18, caput, da lei 14133/2021).



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

O art. 18 apresenta o rol de elementos e documentos que devem ser providenciados na fase de planejamento, a saber:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

No mesmo dispositivo, o legislador traçou os elementos que compõem o Estudo Técnico Preliminar, deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação:



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

- I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - requisitos da contratação;
- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
- XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
- XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

De acordo com o § 2º do art. 18, da nova lei de licitações e contratos, o estudo técnico preliminar deverá **conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do seu § 1º**, e quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

Essa regra foi reproduzida decreto regulamentador do ETP no âmbito do município de Comodoro/MT – decreto municipal n. 21/2023, ao dispor no § 1º do art. 8º que o instrumento deverá conter no mínimo os elementos previstos nos incisos I, V, VI, VII e XIII do caput do mencionado artigo, a saber:



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

- (i) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- (v) estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações. De modo a possibilitar economia de escala;
- (vi) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- (vii) justificativa para o parcelamento ou não da solução;
- (xiii) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Por isso, além das exigências da Lei n. 14.133/2021, deve a administração observar as regras do Decreto Municipal n. 21/2023.

No caso em exame, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) evidencia a necessidade de modernizar a estrutura diagnóstica do Laboratório Municipal, destacando que o equipamento atual possui tecnologia defasada, capacidade analítica limitada e exige frequentes manutenções, impondo complementação manual de análises e dependência eventual de laboratórios terceirizados.

O ETP define requisitos essenciais, tais como: utilização de metodologia reconhecida (impedância elétrica, citometria de fluxo ou equivalente), processamento automatizado das amostras, capacidade de hemograma completo com diferencial leucocitário, controle de qualidade interno, armazenamento de dados, interface intuitiva, conectividade com sistemas laboratoriais e registro na ANVISA. Também prevê práticas de sustentabilidade, priorizando eficiência energética, redução de resíduos e melhora na qualidade do serviço prestado.

Por se tratar de documento de conhecimento técnico, a avaliação e aprovação cabem, em última análise, ao próprio órgão, cabendo à assessoria jurídica a verificação de existência, no mínimo, dos documentos citados nos §§ 1º e 2º do art. 18, da Lei n. 14.133/2021.

Quanto aos seus elementos, sem adentrar aos seus aspectos técnicos, vislumbro a existência dos previstos no § 1º do art. 18.



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Em relação ao ETP, a lei n. 14.133/2021 permite a ausência de alguns elementos.

Vide § 2º do art. 18:

[...] § 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, **quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.**

Assim, verifica-se a presença dos elementos facultativos do ETP, denotando-se a regularidade formal do instrumento de planejamento.

2.2. Da modalidade licitatória eleita.

No caso em análise, a Administração pretende adquirir um analisador hematológico automatizado, classificado como bem comum para o Laboratório Municipal de Análises Clínicas. Os documentos preparatórios (Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência) referem-se de forma genérica à “licitação” e aos “licitantes” quando tratam de habilitação e do procedimento eletrônico. O processo instaurado é, na verdade, uma contratação direta por dispensa de licitação, fundamentada no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, em razão do valor do objeto.

O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência apuraram valor médio de R\$ 62.025,33, mediante pesquisa em bases públicas de preços (Banco de Preços e Radar de Controle Público). Esse valor encontra-se dentro do limite legal para dispensa de licitação de bens e serviços comuns, fixado em R\$ 65.492,11 pelo Decreto n.º 12.807/2025, o que demonstra a viabilidade jurídica da contratação direta.

Como o valor estimado supera 30 % do limite de dispensa, aplica-se o Decreto Municipal n.º 008/2023, que exige a adoção do rito eletrônico para ampliar transparência e competitividade. Trinta por cento de R\$ 65.492,11 corresponde a aproximadamente R\$ 19.647,63; assim, a contratação pretendida (R\$ 62.025,33) obriga o uso do rito eletrônico. O critério de julgamento adotado no aviso de dispensa eletrônica e no termo de abertura é o menor preço unitário.



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Conclui-se, portanto, que o procedimento está corretamente enquadrado como dispensa de licitação por valor, com rito eletrônico, modalidade adequada ao caso concreto e amparada pela Lei 14.133/2021. **Recomenda-se** apenas substituir nas peças instrutórias a expressão genérica “licitação” por “contratação por dispensa de licitação” para refletir com precisão a natureza do ato administrativo.

2.3. Termo de Referência – Art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133/2021

A análise do Termo de Referência revela a presença dos elementos essenciais definidos no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, a saber:

- 1) **Descrição do objeto:** aquisição de um **analisador hematológico automatizado, novo**, com todos os acessórios, incluindo instalação, testes e treinamento dos servidores;
- 2) **Justificativa da contratação:** o laboratório utiliza equipamento obsoleto e sujeito a falhas; a compra de equipamento moderno aumentará a precisão, agilidade e confiabilidade dos exames, reduzindo custos e eliminando a dependência de terceiros;
- 3) **Descrição da solução como um todo:** especificações técnicas mínimas incluem diferencial de cinco partes, capacidade para cerca de 60 amostras/hora e 26 parâmetros reportáveis, tecnologias reconhecidas (impedância elétrica e citometria de fluxo), controle de qualidade interno, interface com LIS, registro na ANVISA, nobreak e garantia mínima de 12 meses;
- 4) **Forma de execução e critérios de medição:** a contratada deverá entregar o equipamento no laboratório, realizar a instalação, validação e treinamento. O recebimento provisório e definitivo dependerá da verificação de conformidade e será atestado por gestor e fiscal designados;
- 5) **Previsão de recursos orçamentários:** há dotação orçamentária prevista e confirmada pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a cobertura financeira da despesa;
- 6) **Estimativa de preços:** a estimativa decorre de pesquisa em fontes públicas e contratos similares, resultando em média de R\$ 62.025,33;
- 7) **Modelo de execução contratual:** o fornecimento do equipamento será integral e formalizado por contrato ou ordem de fornecimento;
- 8) **Modelo de gestão contratual:** previsão de designação de fiscal e gestor do contrato, conforme art. 117 da lei n. 14.133/2021;



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

9) **Critérios de aceitação e pagamento:** o pagamento será realizado somente após a verificação de funcionamento e entrega de toda a documentação;

10) **Forma e critério da seleção do fornecedor:** rito de dispensa eletrônica por valor, com julgamento pelo critério de menor preço (valor global).

Conclui-se, portanto, que o Termo de Referência examinado atende às exigências do art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021, está coerente com o enquadramento da contratação por dispensa eletrônica e não apresenta incongruências quanto ao objeto e ao critério de julgamento.

2.4. Justificativa de Preços – Decreto Municipal nº 11/2023

O Decreto Municipal nº 11/2023 estabelece os procedimentos básicos de pesquisa de preços no âmbito de Comodoro/MT.

O art. 4.º do diploma dispõe que a pesquisa do preço estimado pode valer-se de diferentes parâmetros, isolados ou combinados, tais como (i) sistemas oficiais de governo, como o Painel de Preços ou bancos de preços em saúde; (ii) contratações similares da Administração Pública realizadas no último ano; (iii) publicações especializadas ou portais de referência; (iv) cotação direta com, no mínimo, três fornecedores; ou (v) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas.

O § 1.º determina, ainda, que devem ser apresentadas pelo menos três fontes de preços e, em caso de impossibilidade, o servidor deve justificar a excepcionalidade.

Examinando o processo, verifica-se que a justificativa de preços está em conformidade com esse dispositivo. A equipe técnica recorreu a duas bases oficiais (Banco de Preços e Radar de Controle Público do TCE/MT) e analisou contratações similares de outros entes públicos, de modo a abranger os incisos I e II do art. 4.º.

Ao todo, foram considerados seis valores unitários para o mesmo modelo de analisador, todos extraídos de fontes idôneas e atualizadas. A média aritmética resultante, de R\$ 62.025,33, baseia-se em preços praticados no mercado e atende à exigência de múltiplas referências.



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Os documentos juntados evidenciam a identificação das fontes, a data das contratações pesquisadas e a metodologia estatística aplicada (média aritmética simples), o que satisfaz os incisos I a IV do art. 4.º e o § 1.º do decreto. Não há indícios de sobrepreço ou manipulação de dados. Assim, **conclui-se que a justificativa de preços cumpre integralmente o Decreto n.º 11/2023**, dispensando exigências adicionais. Eventuais memórias de cálculo e extratos das consultas já se encontram nos autos para conferência, garantindo a transparência e a rastreabilidade do procedimento.

2.5. Orientação sobre Fracionamento Indevido de Despesas

Com fundamento no art. 75, § 1º, da Lei 14.133/2021, **recomenda-se** que o setor requisitante mantenha atenção ao dever de planejamento, evitando a fragmentação indevida de objetos de mesma natureza com vistas a contornar a obrigatoriedade de licitação.

O fracionamento de despesas, quando utilizado para burlar o limite de dispensa, configura **ilegalidade administrativa**, conforme já assentado pelo TCE/MT e pela jurisprudência nacional. Portanto, orienta-se:

- i) Que o setor técnico verifique se há **previsão orçamentária de aquisições similares** no exercício financeiro;

No caso presente, **não consta nos autos declaração expressa sobre a inexistência de aquisições correlatas planejadas ou em execução. Recomenda-se**, portanto, a inserção de tal /certificação de declaração pela unidade requisitante, para resguardar a Administração e dar cumprimento à exigência do art. 75, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Análise da Minuta do Contrato

Nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, todo contrato administrativo deve conter cláusulas essenciais que assegurem a clareza das obrigações, a segurança jurídica da execução e a proteção do interesse público.

Em análise à minuta contratual acostada aos autos, verifica-se, em linhas gerais, compatibilidade com o objeto pretendido, qual seja, a aquisição de 01 (um) analisador hematológico automatizado destinado ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas.



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Além disso, no tocante as cláusulas exigidas pela legislação, conforme os incisos do art. 92, da lei. 14.133/2021, vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para



MUNICÍPIO DE COMODORO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

No presente caso, orienta-se apenas a revisão final do instrumento antes da formalização da contratação, a fim de assegurar a uniformidade das informações constantes do Edital, Termo de Referência e minuta contratual, bem como a correção de eventuais erros materiais remanescentes.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria opina favoravelmente à contratação direta, com fundamento no art. 75, II da Lei 14.133/2021, desde que atendidas às seguintes orientações e adequações procedimentais:

a) Incluir nos autos, se for a circunstância declaração expressa da unidade requisitante informando que, no exercício vigente, não há aquisições correlatas planejadas ou executadas que, somadas a esta contratação, possam caracterizar fracionamento indevido do objeto, nos termos do art. 75, §1º, da lei n. 14.133/2021;

b) Promover a revisão final dos documentos que compõem o procedimento, especialmente do Edital, para correção de eventuais inconsistências materiais, notadamente quanto à identificação do órgão interessado, tendo em vista que o objeto da contratação destina-se à Secretaria Municipal de Saúde (fl. 65 menciona “Obras”);

c) Proceder à revisão final da minuta contratual e dos documentos correlatos, apenas para conferência da uniformidade das informações constantes do procedimento e correção de eventuais erros materiais remanescentes;

d) Nos termos do art. 94 da lei n. 14.133/2021, a publicação do contrato no PNCP no prazo de 10 dias úteis a partir da sua assinatura;

e) O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 72, parágrafo único – lei n. 14.133/2021);

É o parecer, que submeto à apreciação da autoridade superior.

Comodoro/MT, datado e assinado digitalmente.

Rafael Vasconcelos
Procurador do Município

**Proc. Administrativo 493/2026**

De: **Isabel de Almeida Ramires** Setor: **Dep. LICIT - Departamento de Licitações e Contratos**

Despacho: **5- 493/2026**

Para: **Dep.ADMS - Departamento de Administração em Saúde**

Assunto: **Dispensa - Aquisição de Analisador Hematológico**

Comodoro/MT, 03 de Junho de 2026

Recomendações do Parecer Jurídico n. 137/2026:

a) Incluir nos autos, se for a circunstância declaração expressa da unidade requisitante informando que, no exercício vigente, não há aquisições correlatas planejadas ou executadas que, somadas a esta contratação, possam caracterizar fracionamento indevido do objeto, nos termos do art. 75, §1º, da lei n. 14.133/2021;

Considerando a manifestação jurídica constante dos autos, especialmente quanto à ressalva referente ao art. 75, §1º, da Lei nº 14.133/2021, encaminham-se os autos para manifestação dessa Secretaria.

Solicita-se informar expressamente se, no exercício vigente, existem aquisições ou contratações já realizadas, em andamento ou planejadas, com objeto da mesma natureza ou correlato ao da presente contratação, que possam, quando somadas, caracterizar eventual fracionamento indevido da despesa.

Caso não existam aquisições correlatas executadas ou previstas para o exercício, deverá ser apresentada declaração expressa da unidade requisitante informando que a presente demanda é específica e que, até o momento, não há contratações da mesma natureza que, somadas a esta, possam caracterizar fracionamento indevido do objeto, nos termos do art. 75, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Após a manifestação, retornem os autos para prosseguimento.

—
Isabel de Almeida Ramires

Departamento de Licitações e Contratos

**Proc. Administrativo 493/2026**

De: **Isabel de Almeida Ramires** Setor: **Dep. LICIT - Departamento de Licitações e Contratos**

Despacho: **6- 493/2026**

Assunto: **Dispensa - Aquisição de Analisador Hematológico**

Comodoro/MT, 03 de Junho de 2026

Em atenção ao Parecer Jurídico constante dos autos, registra-se que as recomendações constantes das alíneas "b", "c", "d" e "e" serão observadas e adotadas pelo Departamento de Licitações e Contratos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Dessa forma:

- a) Será promovida a revisão final dos documentos que compõem o procedimento, especialmente do Edital, para correção de eventuais inconsistências materiais e adequação das informações constantes dos autos;
- b) Será realizada a conferência final da minuta contratual e dos documentos correlatos, visando assegurar a uniformidade das informações e a correção de eventuais erros materiais remanescentes;
- c) Em caso de formalização contratual, será providenciada a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo legal previsto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021;
- d) Será promovida a divulgação do ato que autoriza a contratação direta ou do respectivo extrato contratual em sítio eletrônico oficial, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Registre-se e cumpra-se.

—
Isabel de Almeida Ramires

Departamento de Licitações e Contratos

Proc. Administrativo 7- 493/2026

De: Eric V. - Dep.ADMS

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 03/06/2026 às 13:12:32

Setores envolvidos:

Dep. LICIT, PGM, SE-SAUDE, Dep.ADMS

Dispensa - Aquisição de Analisador Hematológico

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FRACIONAMENTO DE DESPESA

Em atendimento à recomendação constante do Parecer Jurídico nº 137/2026 e ao disposto no art. 75, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Secretaria Municipal de Saúde de Comodoro–MT declara, para os devidos fins, que a presente contratação tem por objeto a aquisição de 01 (um) analisador hematológico automatizado destinado ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, constituindo demanda específica e individualizada desta Secretaria.

Declara-se, ainda, que, até a presente data, não existem aquisições ou contratações executadas, em andamento ou planejadas, no exercício financeiro vigente, com objeto da mesma natureza ou correlato que, somadas à presente contratação, possam caracterizar fracionamento indevido de despesa com o objetivo de enquadramento na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Esclarece-se que a necessidade identificada refere-se à substituição e modernização do equipamento atualmente utilizado pelo Laboratório Municipal de Análises Clínicas, visando garantir a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços laboratoriais prestados à população, não havendo previsão de aquisição de outros equipamentos da mesma natureza durante o presente exercício que alterem o enquadramento legal adotado.

Dessa forma, a presente contratação observa os princípios do planejamento, da economicidade, da eficiência e da legalidade, não configurando hipótese de fracionamento indevido de despesa, nos termos da legislação vigente.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 690F-7C23-1F64-0749

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABIO HENRIQUE CARRARO (CPF 006.XXX.XXX-57) em 03/06/2026 13:19:13 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/690F-7C23-1F64-0749>

**Proc. Administrativo 493/2026**

De: **Isabel de Almeida Ramires** Setor: **Dep. LICIT - Departamento de Licitações e Contratos**

Despacho: **9- 493/2026**

Para: **Dep.ADMS - Departamento de Administração em Saúde**

Assunto: **Dispensa - Aquisição de Analisador Hematológico**

Comodoro/MT, 09 de Junho de 2026

Considerando a instrução do processo de Dispensa Eletrônica em epígrafe, verificou-se que o Termo de Referência não contém manifestação expressa da Secretaria Demandante acerca da aplicação dos benefícios previstos para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como sobre a incidência das disposições do Decreto Municipal nº 035/2022, que regulamenta o tratamento favorecido às empresas locais e regionais nas contratações públicas municipais.

Dessa forma, encaminham-se os autos à Secretaria Demandante para que, mediante despacho complementar devidamente fundamentado, manifeste-se expressamente sobre:

1. A aplicação ou não dos benefícios previstos nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, especialmente quanto à realização de procedimento exclusivo para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, apresentando a respectiva justificativa técnica e administrativa;
2. A aplicação ou não das disposições constantes do Decreto Municipal nº 035/2022, especialmente quanto à concessão de prioridade de contratação para empresas sediadas no Município de Comodoro/MT e/ou na região definida pelo referido decreto, apresentando a devida motivação;
3. Caso conclua pela não aplicação de quaisquer dos benefícios acima mencionados, que sejam apresentadas as justificativas técnicas, econômicas ou de interesse público que fundamentem tal decisão, em observância aos princípios da motivação, da transparência e da legalidade.

Após a juntada da manifestação complementar, retornem os autos ao Departamento de Licitações para prosseguimento da instrução processual.

Atenciosamente,

—
Isabel de Almeida Ramires

Departamento de Licitações e Contratos

Proc. Administrativo 10- 493/2026

De: Eric V. - Dep.ADMS

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 09/06/2026 às 09:44:47

Setores envolvidos:

Dep. LICIT, PGM, SE-SAUDE, Dep.ADMS

Dispensa - Aquisição de Analisador Hematológico

Quanto à necessidade de manifestação da unidade demandante acerca da aplicação ou não do tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como eventual adoção de prioridade de contratação local ou regional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 035/2022, apresenta-se a presente justificativa.

O objeto do Processo Administrativo nº 005/2026/SMS consiste na aquisição de equipamento laboratorial específico, sendo: 01 (um) analisador hematológico, destinado ao atendimento das demandas do Laboratório Municipal de Análises Clínicas da Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando a natureza do objeto, verifica-se que se trata de equipamento técnico especializado, utilizado em rotinas laboratoriais, que possuem requisitos específicos de desempenho, compatibilidade, registro sanitário e conformidade técnica, não se tratando de bem comum encontrado no comércio local ou regional de forma ampla.

Durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, foi analisada a realidade do mercado fornecedor, sendo verificado que não há conhecimento da existência de empresas sediadas no Município de Comodoro-MT ou em municípios próximos, que atuem regularmente no fornecimento do equipamento pretendido.

A comercialização desse equipamento, em razão de suas características técnicas e do mercado específico, ocorre normalmente por empresas especializadas localizadas em centros regionais ou capitais e outros polos comerciais, sendo necessário possibilitar a participação de fornecedores de diferentes localidades para garantir competitividade e efetividade ao procedimento.

Dessa forma, embora a Lei Complementar nº 123/2006 estabeleça tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entende-se que, no presente caso, não é recomendável a adoção de exclusividade de participação ou reserva de itens exclusivamente para ME/EPP, uma vez que tal medida poderia restringir indevidamente a competitividade do procedimento e comprometer a obtenção de propostas suficientes.

Ressalta-se que a ausência de exclusividade não impede a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Essas empresas poderão participar normalmente do procedimento, desde que atendam às especificações técnicas, condições de fornecimento e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

Entretanto, considerando a especificidade do equipamento e a limitada quantidade de fornecedores aptos, a restrição da participação apenas a ME/EPP poderia resultar em ausência de propostas válidas ou em redução significativa da competitividade, prejudicando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em afronta aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Quanto à prioridade de contratação local ou regional prevista no Decreto Municipal nº 035/2022, também se entende pela sua não aplicação ao presente caso, tendo em vista que não foi identificada a existência de fornecedores locais ou regionais em número suficiente capazes de assegurar competição efetiva e vantajosidade econômica.

A adoção da prioridade regional, nas circunstâncias atuais do mercado, poderia restringir a participação de

fornecedores especializados situados fora da região, reduzindo as possibilidades de obtenção de preços mais vantajosos e podendo inviabilizar a contratação.

Assim, considerando as características técnicas do objeto, a realidade do mercado fornecedor e a necessidade de assegurar ampla competitividade, manifesta-se pelo afastamento da exclusividade para ME/EPP e da prioridade de contratação local/regional, mantendo-se o procedimento aberto à participação de todos os fornecedores que comprovem capacidade técnica e atendimento integral às exigências do Termo de Referência.

A presente justificativa deverá integrar os autos do processo administrativo para fins de atendimento à Lei Complementar nº 123/2006, ao Decreto Municipal nº 035/2022 e aos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

—

Eric Passold Vieira
Assistente Administrativo



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BF3A-47AC-CEEC-D317

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ERIC PASSOLD VIEIRA (CPF 946.XXX.XXX-53) em 09/06/2026 09:46:04 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/BF3A-47AC-CEEC-D317>